

## Clipping n° 676

, 27 Outubro 2010 - 10:28:13

### Sindicalistas debatem democratização da comunicação

Acontece na capital uruguaia, dias 1º e 2 de novembro, a Conferência sindical democratização da comunicação. O evento reúne entidades de trabalhadores e tem chancela da CSA - Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas. O jornalista João Franzin, da Agência Sindical, fará palestra dia 2 com o tema Para quem serve a comunicação al sindicalismo.

### Trabalhadores de tecnologia da informação (TI) ganham federação

O Ministério do Trabalho e Emprego acaba de publicar no Diário Oficial da União o registro sindical da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (Feittinf). A Federação conta com a filiação de sindicatos de tecnologia da informação de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O anúncio foi feito pela secretária de Relações do Trabalho do ministério, Zilmara David de Alencar, na última quarta-feira (20), durante seminário no Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de São Paulo (Sindpd-SP). Para o presidente do Sindicato, Antonio Neto, "agora temos a nossa certidão de nascimento e a Federação já nasce representando mais de 500 mil trabalhadores da classe". (Fonte: Agência Sindical)

### Projeto dobra estabilidade em casos de acidente de trabalho

A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei (PL 7217/10), que dobra o prazo de estabilidade no emprego para trabalhadores vítimas de acidente de trabalho. Na legislação atual (Lei 8.213/91), o prazo é de 12 meses contados a partir do fim do período a que o trabalhador tem direito ao auxílio-doença. Pela proposta, o prazo mínimo de estabilidade passará a ser de 24 meses após o fim do auxílio-doença.

O projeto ainda permite ampliação maior do prazo em caso de sequelas permanentes, com ampliação proporcional à gravidade das sequelas. Segundo a autora da proposta, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), ao retornar à atividade, após afastamento em razão de acidente, o trabalhador não se encontra totalmente apto a desempenhar todas as suas funções. Tramitação - A manutenção do contrato de trabalho na empresa, por mais de 12 meses, representa uma proteção ao trabalhador, argumenta a deputada. O projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de seguir para o plenário. Fonte: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Empresa que reduzir rotatividade poderá ter benefício fiscal**

A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei complementar (PLP 595/10) que pretende estimular a redução da rotatividade de mão de obra, concedendo incentivo fiscal para as empresas que reduzirem as demissões imotivadas.

A proposta, do deputado Dr. Talmir (PV-SP), beneficia as empresas que diminuirão sua rotatividade anual em pelo menos 10% e as que apresentarem rotatividade inferior a 10% da média do setor a que pertencem, conforme dados do Ministério do Trabalho. Entre os benefícios, estão a redução de 50% do valor das alíquotas das contribuições sociais destinadas ao Sistema S (Sesi, Sesc, Senai, Senac, Sebrae etc.).

Tramitação - O projeto será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o plenário. Fonte: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Datafolha: com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico**

Principal fiador da presidência de Dilma Rousseff (PT), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também está se beneficiando do período eleitoral.

Pela terceira semana consecutiva, a avaliação de seu governo obteve um patamar recorde de aprovação na série histórica do Datafolha na pesquisa realizada e divulgada hoje pelo instituto.

No levantamento atual, 83% dos eleitores brasileiros avaliaram sua administração como ótima ou boa.

Na semana passada, essa aprovação chegava a 82%. No mesmo período, o patamar dos que consideram seu governo regular passou de 14% para 13%, enquanto 3% dizem que ele é ruim ou péssimo, índice que se manteve.

Dois de cada três eleitores de Serra (67%) avaliam a gestão de Lula como ótima ou boa. Entre os eleitores de Dilma, esse índice chega a 96%.

Para 80% dos eleitores que votaram em Marina no primeiro turno, a gestão do petista é ótima ou boa. A nota atribuída ao governo Lula no atual levantamento é 8,2, a mesma registrada na semana passada. (Fonte: Folha.com)

### **Acordo de aumento de jornada sem presença de sindicato é inválido**

Sem a intermediação de sindicato, acordo coletivo que aumente a jornada de trabalho não tem validade. O inciso VI do artigo 8º da Constituição não deixa dúvidas quando diz que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. Por ter desconsiderado o preceito constitucional, a Braskem S.A. terá que pagar as horas extras excedentes da sexta hora diária a empregado que prestava serviço em turnos ininterruptos no III Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul. Ao entender que o acordo regional está de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e que não afrontou os dispositivos legais indicados, a Quinta Turma não conheceu do recurso de revista da empresa quanto a essa questão.

O funcionário trabalhou em turnos de revezamento. De 1989 até 1997, ele cumpriu jornada de oito horas; de 1997 a 1999, o turno passou para 12 horas e, posteriormente, retornou para jornada de oito horas. Ao examinar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) esclareceu que o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XIV, estabelece, como direito do empregado, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, presumida, neste caso, a igualdade de forças com o empregador.

O TRT/RS verificou, por ém, que a possibilidade conferida à negocia ç ão coletiva pela Constitui ç ão Federal foi extrapolada nos acordos coletivos de trabalho celebrados entre a Braskem e os funcion ários. No primeiro, a empresa ajustou com os empregados o aumento da jornada de oito para 12 horas, ante a negativa do sindicato da categoria de firmar o pacto. Nessas condi ç ões, o Regional considerou que o ajuste, sem a participa ç ão do sindicato, é inv álido, pois fere preceito b ástico da Constitui ç ão . Depois, registrou o TRT em sua fundamenta ç ão, a empresa assinou com o sindicato o retorno para jornada de oito horas.

Da norma coletiva efetivada, o Tribunal Regional concluiu que a interpreta ç ão dada pelos signat ários quanto à flexibiliza ç ão dos turnos ininterruptos de revezamento n ão se encontra de acordo com o direito fundamental em causa, intervindo excessivamente no seu âmbito de prote ç ão . O TRT esclareceu que, pela negocia ç ão coletiva, conforme o previsto no artigo 7 º da Constitui ç ão, é possibilitado às partes apenas a altera ç ão do limite di ário das seis horas, n ão podendo ser ultrapassadas as 30 horas semanais.

Condenada a pagar as horas excedentes da sexta hora di ária trabalhada, a Braskem S.A. recorreu ao TST, insistindo que houve negocia ç ão entre a empresa e os empregados. No entanto, ao analisar a fundamenta ç ão do TRT, o ministro Emmanoel Pereira, relator do recurso de revista, considerou que o entendimento do Regional est á de acordo com a jurisprudência do TST, e que, de fato, a Constitui ç ão Federal, no artigo 8 º, VI, declarou a obrigatoriedade de participa ç ão do sindicato profissional nas negocia ç ões coletivas . Esse inciso, segundo o relator, deve ser interpretado no sentido de que a entidade sindical tem maiores condi ç ões de obter êxito na defesa dos interesses e direitos da categoria .

Para o ministro, os dispositivos legais indicados como violados pela empregadora permaneceram inc ólumes e, al ém disso, a empresa n ão apresentou julgados capazes de comprovar diverg ência jurisprudencial e que permitissem o conhecimento do recurso. O relator concluiu, ent ão, que a n ão comprova ç ão de que houve negocia ç ão coletiva, com a intermedia ç ão do sindicato, autorizando o elastecimento da jornada prestada no sistema de turnos ininterruptos de revezamento, implica a obriga ç ão de pagar as horas extras excedentes da sexta di ária .

A Quinta Turma, acompanhando o voto do ministro Emmanoel, n ão conheceu do recurso da empresa quanto ao tema da validade do acordo quanto aos turnos, e reformou o ac órd ão regional somente para excluir da condena ç ão o pagamento de horas in itinere . (RR - 40500-21.2003.5.04.0761)

### **INSS paga revis ão de benef ício ap ós 2000**

O presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Valdir Moys és Sim ões, afirmou ontem ao Agora que as ag ências previdenci árias j á est ão pagando o aumento para quem come ç ou a receber aux ílio-doen ça, aposentadoria por invalidez, aux ílio-acidente ou pens ão entre outubro de 2000 e agosto de 2009.

Essa revis ão é devida aos segurados que tinham, na data do pedido do benef ício, menos de 144 contribui ç ões (12 anos) ap ós julho de 1994. Para esses segurados, o INSS n ão descartou as 20% menores contribui ç ões, o que pode ter reduzido o benef ício.

Segundo c áculos do consultor previdenci ário Marco Anflor, do site Assessor Previdenciário, a corre ç ão dá um aumento m édio de 8%, mas pode chegar a 22% para quem teve grandes varia ç ões salariais ap ós julho de 1994. Fonte: Agora SP

### **Seguro n ão precisa ser devolvido, diz Justi ça**

A partir de agora, a União não poderá cobrar a devolução das parcelas do seguro-desemprego pagas a mais por conta de erro do governo nem deverá condicionar o pagamento do benefício à restituição da grana que foi depositada indevidamente, segundo decisão da 1ª Vara Previdenciária do TRF 3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Por se tratar de uma liminar (sentença provisória), a decisão tem efeito imediato e valerá até o julgamento de uma ação civil pública que pede o fim das devoluções.

O caso foi levado à Justiça pela DPU-SP (Defensoria Pública da União em São Paulo). Porém, segundo o órgão, a determinação vale para todo o território nacional. Fonte: Agora SP

**Jorge Caetano Fermino**